

VIOLÊNCIA E TRABALHO NA AMAZÔNIA: NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA

**VIOLENCE AND WORK IN THE AMAZON:
HISTORIOGRAPHICAL NARRATIVE**

Regina Beatriz Guimarães Neto
Universidade Federal de Pernambuco

Correspondência:

Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Cidade Universitária – Recife – PE
50.670-901
E-mail: reginabeatrizg@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as relações de trabalho nas condições sociais da Amazônia, sob o domínio político do regime civil e militar (1964-1985). Contempla o estudo das políticas governamentais não apenas para impulsionar as migrações como também para controlar a ocupação da terra pelos trabalhadores. Em decorrência dessas políticas haverá a formação de grandes redes migratórias que se deslocam para a Amazônia, em um contexto marcado pelos conflitos de terra e de restrição às liberdades civis, precariedade das condições de trabalho, perseguições, assassinatos e várias modalidades de violência aos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Amazônia, Trabalho, Regime Civil-Militar.

Abstract

This article analyzes labor relations in the social conditions of the Amazon, under the political domination of the civil-military regime (1964-1985). It contemplates the study of government policies not only to boost migration but also to control the land occupation by workers. As a result of these policies there will be the formation of great migratory networks moving to the Amazon, in a context marked by conflicts over land and restrictions on civil liberties, job insecurity, persecutions, murders and various forms of violence to rural workers.

Keywords: Amazon, Work, Civil-Military Regime.

Considerando especialmente a primeira década do século XXI,¹ o tema “trabalho e trabalhadores” ocupa um lugar de destaque renovado nas ciências humanas e sociais e, sem dúvida, não apenas para estudá-lo nas condições específicas da Amazônia ou mesmo do Brasil, mas também em outros países². Do ponto de vista historiográfico, esse campo de investigação apresenta profícuas atualizações temáticas e acaba por problematizar a historicidade das categorias trabalho e trabalhador sob diversos ângulos³.

Historiadores e estudiosos das ciências sociais investigam primordialmente os momentos e contextos políticos, econômicos e culturais em que as diversas práticas de trabalho emergem e se tornam corrente no dia a dia das sociedades. As análises e reflexões que ora apresento acerca das condições sociais de parcela dos trabalhadores da Amazônia⁴ – compreendida em diferentes espacialidades e temporalidades – pretendem somar-se à contribuição dos estudos sobre o trabalho no mundo contemporâneo.

Ao eleger a Amazônia brasileira como objeto privilegiado de pesquisa, destaco as relações de trabalho e as experiências dos trabalhadores rurais num espaço de intensa disputa pela terra, contextualizadas no âmbito das políticas e estratégias governa-

¹ Agradeço a contribuição inestimável das leituras e sugestões críticas do historiador Antônio T. Montenegro. Sou muito grata também a Clarisse Pereira pela sua generosidade ao realizar as revisões técnicas do texto, ainda, manifesto meu reconhecimento às indicações bibliográficas de Joana Lucena.

² Veja-se, focalizando o caso norte-americano, o artigo de FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 15-25, dez. 2012. O artigo apresenta um balanço da historiografia norte-americana sobre o tema “trabalho e trabalhadores”. Discute este campo de pesquisa, aponta caminhos de revigoração da temática, inovando nas propostas e abordagens, que permite discutir e dialogar com outras leituras historiográficas na América Latina.

³ O aporte teórico que a historiadora Ângela de Castro Gomes oferece ao analisar os usos da categoria “trabalho análogo a de escravo” ou “trabalho escravo contemporâneo” (designação da Organização Internacional do Trabalho) é exemplar, investiga os regimes de historicidade a que se encontra submetido o conceito, na linha do historiador alemão R. Koselleck. Cf. GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012. Destaco, também, a contribuição inestimável das reflexões dos historiadores brasileiros que se voltam para o estudo da Justiça do Trabalho e privilegiam a documentação produzida por esta instituição, em diversos estados. Para não me alongar nesta nota, restrinjo-me à indicação do recém-lançado livro organizado por GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

⁴ Por meio de um dispositivo legal, a Lei 1.806 de 06.01.1953, a Amazônia brasileira passou a ser denominada de Amazônia Legal, criada pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia (sob a coordenação da SPVEA). Integra os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Ao fazer referência ao território amazônico, as análises neste artigo operam com a representação de território na perspectiva das práticas sociais e sua dimensão cultural, o que permite pensar o território em seu papel ativo. Ver SANTOS, Milton, especialmente: *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996; *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001. Desde já é preciso chamar a atenção para a necessidade de uma análise crítica dos esquemas interpretativos que têm como objetivo explicar e identificar a Amazônia como região (classificações arbitrárias que instituem identidades étnicas e regionais). Nessa perspectiva, consultar o texto do antropólogo ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008; e, também, SANTOS (1996; 2001).

mentais, implementadas pelo regime militar e civil, instituído em 1964⁵. Tais políticas, ao mesmo tempo em que engendraram um programa de desenvolvimento para a Amazônia, associado aos interesses do grande capital, estimulavam e direcionavam os deslocamentos de trabalhadores do campo, das várias regiões brasileiras, sobretudo Sul e Nordeste, para a Amazônia. Contudo, num sistema político em que o controle da propriedade da terra é condição *sine qua non* ao seu funcionamento, as redes migratórias que se constituíram não tiveram livre acesso a terra e vivenciaram um ambiente político marcado pelos conflitos de terra e de restrição às liberdades civis, perseguições, torturas e assassinatos⁶.

É no âmbito desse cenário político, sob domínio da ditadura militar e civil implantada em 1964, que investigo as relações de trabalho nas ocupações e disputas pela terra na Amazônia. Introduzir esse estudo implica questionar conceitos e categorias com as quais designamos as mais diversas tarefas realizadas em um contexto específico, sobretudo, atualizá-las conforme o andamento das pesquisas. Nesse dinâmico campo temático, urge instituir categorias e conceitos que contemplem a fluidez, a mudança e a diversidade, do ponto de vista econômico, político e cultural que as novas práticas revelam e que, portanto, tornam-se um grande desafio. Mais que isso, aponta também para a premência de uma abordagem que contemple a complexidade da experiência social e as especificidades das atividades do trabalho, associadas ao modelo agrário-agrícola dominante.

Assim, uma análise que desconstrua representações e conceitos naturalizados e, dessa maneira, produza deslocamentos analíticos, coloca-se como fundamental para a compreensão dos discursos, relatos e textos relacionados ao mundo do trabalho e que apenas adquirem significado quando articulados a ele, ou seja, relevando sua condição situacional. Assim, é preciso entender que a linguagem e os discursos são produtores de representações e práticas, comprometidos com a lógica discursiva da identidade.

Nesse sentido, para situar as relações de trabalho no quadro das atividades agrícolas, pecuária e/ou agroindustrial, mineral, mineral-metalúrgica e vegetal, na Amazônia, é imprescindível especificar, particularmente, sobre quais relações incide a análise a ser realizada e quais imagens e signos veiculam. E se as pesquisas concedem maior destaque às relações que se dão entre trabalhadores rurais e grandes proprietários, envolvidos com o agronegócio ou com outros investimentos empresariais – os

⁵ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. O conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993; e do mesmo autor, Getat – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional. In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA* (n.º 2), Campinas, mar-abr/ 1981.

⁶ Consultar a tese de doutorado recentemente defendida por PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013; Ver ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994. Cf., ainda, acerca do tema da violência as publicações anuais dos *Cadernos de Conflitos no Campo* no site da Comissão Pastoral da Terra, disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br>>.

modernos latifundiários –, é imprescindível observar que as análises ganham contornos específicos, complexos e que apontam para a sua historicidade. Além disso, relacionar a reflexão e a discussão das relações de trabalho com as práticas de violência é apreender a lógica política que cerca essa prática laboral no Brasil, particularmente na Amazônia, nos quadros do capitalismo nas últimas décadas do século XX e em pleno século XXI. Significa, também, assinalar as alianças políticas que se estabelecem entre proprietários/empresários e o Estado (nos níveis estadual e federal) – com destaque para as instituições da justiça e os aparelhos de repressão policial. Essas alianças potencializam sua força ao contar, também, com o aparato de grupos armados de pistoleiros, jagunços e capatazes que constituem milícias privadas. Neste ordenamento político no campo, no período da ditadura civil e militar no Brasil, é que se torna possível compreender, ainda, a existência das práticas de exploração do trabalho fora do ordenamento jurídico que assegura direitos aos trabalhadores.

Assinala-se que, na configuração da violência relativa às práticas de trabalho, no território amazônico, encontram-se trabalhadores assalariados, trabalhadores não assalariados, homens e mulheres em regime de trabalho temporário, muitos deles facilmente flagrados sem contrato de trabalho e em situação de trabalho análogo ao de escravo⁷. Contudo, classificados em diversas categorias que homogeneizam e pouco traduzem a diversidade social, são comumente nomeados de peões, braçais, rurais, e, mesmo, “trabalhadores escravos” nas tarefas diárias que executam e aparecem relacionadas às mais variadas atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais. Certamente, essa mão de obra é crucial às atividades de extração mineral e vegetal, em metalúrgicas, na produção de carvão vegetal, nos desmatamentos e construção de cercas. Entretanto, ainda assim, há que se considerar uma amplitude indizível da pluralidade dos usos – e abusos – dessa força de trabalho, numa realidade social em que as atividades

⁷ A imobilização do trabalhador na propriedade rural ou área de trabalho deixa de ser a única condição que distingue o “trabalho análogo ao de escravo”, denominação que é alvo de inúmeras análises e controvérsias. Na configuração dessa situação do trabalhador, são avaliados vários aspectos que caracterizam as condições e práticas de trabalho, como a moradia, a alimentação, hora útil de trabalho empregado, trabalho não pago e endividamento, etc., que podem caracterizar o que se denomina de “trabalho degradante”: dignidade negada. Cf., especialmente, entre outras contribuições, os textos de: FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; GUIMARÃES NETO, Regina B. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 13. n. 1, p. 53-86, jan-jun. 2010. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral. JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX. In: HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale (Org.). *História, terra e trabalho*. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009; PLASSAT, Xavier. Erradicação do trabalho escravo? Ficou para outra vez. In: *Conflitos no Campo, Brasil-2005*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006, p. 146-151. PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: *Conflitos no campo 2009/CPT*; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski.— São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 90-100; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, SAKAMOTO, Leonardo (coord.) *Trabalho escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília, OIT, 2006. VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; ESTERCI, Neide. Trabalho escravo no Brasil: os números, as lutas e as perspectivas em 2003. In: Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo, Brasil-2003*, CPT, Goiânia, 2004.

laborais se subdividem em inúmeras outras, alternam-se, intercalam-se e desdobram-se.

Deslocamentos de trabalhadores na Amazônia: relatos de trabalhadores

Um trabalhador braçal de nome Josenildo Lourenço de Sousa⁸, entrevistado na cidade de Juína⁹, Mato Grosso, quando se encontrava na situação de trabalhador temporário, relata que depois de percorrer várias áreas de garimpos situadas na região amazônica, desde os estados do Pará, Mato Grosso, Acre e Rondônia, passou também a trabalhar para fazendeiros e *gatos*¹⁰, no serviço pesado e perigoso das derrubadas de floresta nas fazendas:

Trabalhei seis anos em garimpo, efetivo, direto. Trabalhei na região do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia. Fui e voltei. Em Mato Grosso trabalhei em Peixoto. Trabalhei no Paranaíta; Pé Quente; Pé Frio; Garimpo do Novo Planalto, Novo Satélite. Estive em Juína [norte do estado de Mato Grosso] em 1981, 1986 e depois em 1999. Eu rodei esse Brasil todo.

Fui trabalhar em fazenda. Eu já parei faz tempo no trabalho em garimpo. Mexo com motor, derrubada, serragem de madeira, tiro tábua, faço de tudo. É também muito perigoso. Serviço pesado. Já vi muita morte. Já ajudei a tirar debaixo do pau. Aqui mesmo em Juína, em 1986. Morreu um em meu serviço; quebrou a perna de outro. Lá em Rondônia eu participei de uma derrubada que morreu doze operadores. Dois mil alqueires de derrubada! Lá, pra derrubada é grande. Eu já participei de derrubada de cinco mil alqueires. Fazenda Moisés.

⁸ Entrevista realizada em novembro de 2000 na delegacia da cidade de Juína/MT, onde Josenildo cumpria pena, acusado de participar do assassinato de um empreiteiro. Havia sido acertado com ele e outro peão a limpeza de uma área de terra, a fim de preparar um roçado, quando, na versão de Josenildo e de outras testemunhas, o seu companheiro desfechou um golpe de machado na cabeça do empreiteiro. Contudo, foi considerado cúmplice pela justiça e condenado a 18 anos de prisão. O relato deste trabalhador integra um corpo de relatos que foi colhido para discutir e analisar a situação dos trabalhadores pobres, parte deles vista como desterritorializados, que circulam pelo território amazônico. Pesquisa desenvolvida por mim e o professor Vitale Joanoni Neto, do quadro docente do Departamento e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 1998-2000, com apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): “Movimentos populacionais, cidades e culturas. Amazônia.” Cf. também o artigo: GUIMARÃES NETO, Regina B. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. In: *Projeto História: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, v. 27, São Paulo: EDUC, 2003, p.49-69.

⁹ O município de Juína/MT tem como limites, a oeste, o estado de Rondônia e, ao norte, o município de Aripuanã/MT, situado muito próximo ao estado do Amazonas. O seu território encontra-se circundado pelas terras dos povos indígenas Cinta-Larga, Enawenê-Nawê, Erikbaktsa e Myky, entre os mais conhecidos. Esta cidade surgiu de uma colonização pública, coordenada pelo estado de Mato Grosso, no final da década de 1970.

¹⁰ Conhecidos pela utilização de mecanismos coercitivos e por exercer a prática do endividamento, aliciam trabalhadores para fazendeiros, grandes proprietários, sobretudo em atividades ligadas às agropecuárias e ao corte de cana-de-açúcar.

Moisés Freitas. Ele é paranaense [região Sul do Brasil]. Ele derrubou cinco mil alqueires com medo de tomarem, o governo e a reforma agrária. Cada parte da fazenda, ele derruba um pouco. E foi lá que vi o maior número de acidente, doze operadores numa mesma derrubada. Nunca tinha visto!

O seu itinerário pelas áreas de mineração e, depois, pelas áreas de desmatamento, contratados pelos proprietários e gerentes das fazendas, desenha um traçado que se soma aos trajetos percorridos por muitos outros homens e mulheres que vivem em busca de trabalho no território amazônico. Seu testemunho, com base em sua experiência pessoal, sinaliza os indícios de uma violência fatal que se naturaliza na morte silenciosa que ocorre nas derrubadas da floresta amazônica – como também em outras atividades no campo ou nas cidades, por exemplo, nos complexos madeireiros – pouco contabilizada no Brasil¹¹.

Josenildo é filho de uma família de lavradores, oriundos de Pernambuco, um dos estados da região Nordeste do Brasil. Os pais se encontraram em São Paulo, quando se mudaram a procura de trabalho no Sul industrializado. Contudo, não se fixaram e continuaram a percorrer os caminhos migratórios, voltando-se para o Oeste do Brasil, estado do Mato Grosso do Sul. Provavelmente, na incansável luta para tentar conseguir terra a fim de trabalhar na agricultura se estabelecem por um período no município de Dourados – cidade que tem sua história ligada uma antiga colônia agrícola, criada no Governo Vargas –, onde nasceu Josenildo. Mas a família também não se fixou aí por muito tempo, prosseguindo para Mato Grosso ao norte e chegando ao estado de Rondônia, adentrando a Amazônia brasileira.

Esta é uma das trajetórias mais recorrentes no âmbito das histórias de famílias de trabalhadores rurais: saem do Nordeste, seguem para o Sul/Sudeste do Brasil e depois se deslocam para o Oeste e Norte, na exaustiva jornada em busca de terra e trabalho. Assim, no entrecruzamento das rodovias, entre um estado e outro, cidades, fazendas, áreas de mineração, trabalhadores, como Josenildo, ainda jovens, quase crianças abandonam a família e resolvem fazer independência própria a partir do que consideram a sua escolha (no caso de Josenildo, com apenas 14 anos de idade). Seguindo o fluxo das grandes rodovias que cortam a região amazônica, como a Cuiabá-Santarém e parte da Transamazônica¹², alcançam diversas áreas onde vendem sua

¹¹ Há um ditado em várias localidades dos novos municípios de Mato Grosso, que surgiram de projetos de colonização, como Juara, Sinop, Vila Rica, que diz “a motoserra é uma máquina de fazer viúvas”. Projeto de pesquisa: “Movimentos populacionais, cidades e culturas. Amazônia”. CNPq, 1998-2000. É oportuno lembrar, ainda, que os estados da Amazônia dividem entre si o *ranking* dos maiores índices de desmatamento e crimes ambientais no Brasil.

¹² No Brasil, a construção das grandes rodovias federais, durante o regime militar e civil (a partir do golpe de 1964) foram estratégicas para a implementação das políticas governamentais visando os planos de desenvolvimento para a Amazônia, associada à política de “ocupação espaços vazios”, segundo o discurso do governo. Através do Plano de Integração Nacional – PIN (criado pelo decreto-lei nº 1106, de 16 de junho de 1970), o governo G. Médici determinava a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além do Plano de Irrigação do Nordeste. Também se ordenava que se reservasse “para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas

força de trabalho em todo tipo de serviço, sobretudo nos estados do Pará, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima. Josenildo transita por este percurso “trabalhando direto” – como relata –, descrevendo em múltiplos detalhes cada ponto das áreas de mineração, os garimpos, como dizem ele e outros na mesma situação que a dele, relembrando os roteiros dos caminhos, mapeando a rede das frentes de trabalho na Amazônia.

O relato de Alberto, outro trabalhador, proveniente do estado do Maranhão, retrata também essa situação:

A família foi-se tudo. A mulher não combinou comigo, separamos de vez e aí eu abandonei. Joguei as boroca nas costas e sai pelo mundo. Do Maranhão fui para Itaituba (garimpo), no Pará, passei seis anos no Pará. Vim pra Mato Grosso, pra Lacerda (garimpo), depois pra Comodoro, Sapezal, Campo Novo, mexer nas lavouras, roçados, derrubadas, depois vim pra Juína. Mexendo com mato, com motosserra¹³.

Nesse espaço social sem lugar para moradas, onde “a família foi-se tudo” e em que os locais procurados representam apenas “paradas” – “... não moro não. Não tenho lugar parado não! Quero ir para Rondônia ou Aripuanã (MT)...” –, como também enfatiza um companheiro seu chamado “Gaúcho”, o trabalhador narra a situação de grupos sociais desterritorializados, que poderíamos configurar como “nômades”. Estes se movem de uma cidade, de um Estado ou de uma região a outra, perdendo continuamente as referências sociais de pertencimento a seu grupo de origem, desterritorializando o próprio campo social¹⁴. Nas palavras de Peter Pål Pelbart, o “nômade” se encontra

[...] dentro e fora, da conversa, da família, da cidade, da economia, da cultura, da linguagem.. Ele ocupa um território mas ao mesmo tempo

rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica” (*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA*, v. 5, p. 2.208). Consultar os seguintes autores: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes / Belém: NAEA-UFPA, 1991; GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde. Política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN / Apoio UNESCO, 2002. Especificamente sobre o sistema rodoviário na região Norte ver o artigo de ALMEIDA, Roberto Schmidt de; RIBEIRO, Miguel A. Campos. Os sistemas de transporte na região Norte: evolução e reorganização das redes. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 2, 1989; e SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹³ Relato gravado em 2000 na cidade de Juína/MT, onde entrevistei um grupo de 9 trabalhadores braçais, sem emprego fixo, atuando como trabalhadores temporários. Projeto de pesquisa: “Movimentos populacionais, cidades e culturas. Amazônia”. CNPq, 1998-2000. Ver, ainda, o artigo de minha autoria que apresenta parte dos resultados dessa pesquisa realizada com os trabalhadores temporários. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. v. 27, São Paulo: EDUC, 2003, p.49-69.

¹⁴ Ver PELBART, Peter Pål. Biopolítica e Biopotência no coração do Império. Version originale de Pouvoir sur la vie, puissance de la vie. *Multitude*, 9, mai/juin 2002. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/article.php?id_article=41>. Acesso em 26 de jan. 2014.

o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes. O nômade, como o esquizo, é o desterritorializado por excelência, aquele que foge e faz tudo fugir. Ele faz da própria desterritorialização um território subjetivo.

Essa análise assinala novas práticas, condições de vida e trabalho “[...] no capitalismo em rede, que enaltece as conexões, a movência, a fluidez, produz novas formas de exploração e de exclusão, novas elites e novas misérias, e sobretudo uma nova angústia - a do desligamento”¹⁵. A noção de desterritorialização é também especialmente cara a Gilles Deleuze e Félix Guattari¹⁶. Entre outras análises pertinentes a este debate específico, em que problematizo o conceito de desterritorialização, os autores citados ao diferenciar as categorias “nômade” e “migrante”, permitem captar a situação dos trabalhadores pobres que se movimentam incessantemente pelas várias frentes de trabalho na Amazônia:

O nômade não é de modo algum o migrante, pois o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado. Mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto. Os nômades e os migrantes podem se misturar de muitas maneiras, ou formar um conjunto comum; não deixam, contudo, de ter causas e condições muito diferentes¹⁷.

Numa linha muito próxima, lanço mão também das análises realizadas por Rogério Haesbaert. Este autor valoriza em suas pesquisas estudos bastante esclarecedores sobre territorialidade e desterritorialização – ultrapassando o leque das diversas dicotomias – relacionados aos processos sociais migratórios em suas múltiplas dimensões culturais e econômicas. Nessa trilha, procura apontar na direção de uma múltipla territorialidade, compreendendo a simultaneidade das experiências e vivências em espaços de fluxo e territórios-rede (rizomática)¹⁸.

¹⁵ PELBART, op. cit.

¹⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia, v. 5. Cf. especialmente o capítulo “Tratado de nomadologia: a máquina de guerra”; e a “Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas”. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo. v. 5. Editora 34, 1997, p. 11-110 e p. 215-232.

¹⁷ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, op. cit., p. 51.

¹⁸ Ver, deste autor, entre seus vários trabalhos sobre esta temática, *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; e *Migração e desterritorialização*. In: *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. Além deste autor, o filósofo italiano Giorgio Agamben nos oferece, ainda, oportunas discussões teóricas que nos ajudam a problematizar sob novas perspectivas o conceito de cidadania no mundo atual, trazendo para primeiro plano a categoria “refugiado”: “Mais além dos direitos do homem”. Dis-

É recuperando essa complexidade, que as abordagens realizadas neste artigo não têm a pretensão de abarcar todas as questões sociais que fazem parte do contexto amazônico e nem eleger uma continuidade/contiguidade temporal e espacial. Este mundo não se deixa abraçar por inteiro, abrange um universo pluridimensional e multiterritorial, descontínuo, simbólico e material. Assim, as análises são pontuais e projetam uma constelação de fragmentos significativos que se contrapõem às explicações causais, lineares e deterministas, fundadas em continuidades ideais que compõem as identidades.

Nesse universo fragmentado das experiências sociais, em que o movimento e a fluidez produzem novas formas de constituir a vida dos trabalhadores pobres, que observamos como eles – entre diversas táticas de sobrevivência – desfazem importantes elos culturais, ao abdicarem dos nomes próprios concedidos pela família. É esclarecedor o fato de que cada um desses trabalhadores tenha o reconhecimento e a aceitação, por parte dos companheiros de labutas, dos nomes que adotam e que os associam aos locais por onde passaram ou de onde dizem ser procedentes; a identidade dos registros de nascimento (papéis que, para eles, nada valem) é quase apagada ou se metamorfeia, aparecendo a autodenominação que os relacionam a lugares, e nem sempre correspondem aos locais onde nasceram. O nome próprio, a referência mais individual, a menos sujeita a repetição, desloca-se para a inconstância dos nomes que os novos intercessores os interpelam.

Essas práticas de vida e trabalho expressam a ruptura com a cultura, a família, os valores sociais. Assim, nesta configuração, se constituem como trabalhadores desterritorializados. Num mesmo grupo de homens, localizados em uma área de garimpo, município de Juína, Mato Grosso, encontrei e entrevistei aqueles que se autodenominavam Paraná, Gaúcho, Catarinense, Japão (vindo de São Paulo), Maranhãozinho, Ceará, Pernambucano, Bahia, Paulista, Piauí. Nomes que compõem um quadro com trabalhadores das mais diversas regiões do Brasil (Sul, Norte, Leste, Oeste), fazendo parte de uma rede de deslocamentos de homens e mulheres pobres, dispendo a trama das relações nas quais se inscrevem¹⁹.

Os caminhos e locais percorridos, sinalizados com as indicações dadas pelos trabalhadores, interconectam-se a amplos circuitos migratórios, abrangendo diferentes regiões brasileiras, configurando um “território-rede”. Helió Póvoa Neto enfatiza um aspecto ainda pouco explorado nas análises sobre redes migratórias: “[...] o caráter coletivo dos deslocamentos migratórios”. E acrescenta:

ponível em: <<http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=4416#more-4416>>. Acesso em: 10 de jan. 2011.

¹⁹ A dissertação de Leandro G. Cerutti abre um rico leque de discussão ao abordar a condição de vida e trabalho de homens designados como “peão de trecho”, “peão-rodado” ou apenas “peão”, “trecheiro”, entre tantos outros termos. Para isso o autor montou um glossário, apoiando-se na diversidade das denominações, sobretudo auto-denominações. Cf. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste, Mato Grosso*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

De fato, não se pode mais entender a migração simplesmente como o empreendimento aventureiro de um indivíduo, expulso de sua terra e atraído para outra pela esperança de ascensão social: todo o deslocamento migratório, mesmo o de sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam pessoas, informações, dinheiro, através de redes formais e informais²⁰.

Essas ligações que se estabelecem são provocadas, muitas vezes, por empreiteiros que aliciam trabalhadores, sobretudo provenientes da região Nordeste; e são alimentadas por redes clandestinas sobre as quais as autoridades se apresentam negligentes ou não revelam real interesse em fiscalizar, ou que, muitas vezes, se descobre os próprios agentes do estado atuando em cumplicidade. O custo social dos deslocamentos que envolvem essas redes de trabalhadores de todas as categorias, vivenciadas em situação de extrema precariedade, é apresentado pelos discursos do governo e dos empresários como necessário às estratégias para a implementação dos programas de desenvolvimento ou, mesmo, como resultante natural desse processo, quando os trabalhadores são vistos como “descartáveis”. Representações que aliam a ideia da integração territorial e exploração produtiva da Amazônia ao discurso da modernização do Brasil.

Assim, é que o deslocamento de vários grupos sociais que se movimentam, particularmente do Sul e do Nordeste, mas também de outras regiões do Brasil, rumo à Amazônia, é considerado fundamental para a análise dos conflitos sociais, mais especificamente, as disputas pela terra e a exploração do trabalho – nas suas diversas modalidades. As questões que envolvem estudos sobre as “migrações” para a Amazônia, e que hoje estão em pauta nos debates sobre os seus impactos sociais, apresentam análises nucleares voltadas às políticas e estratégias governamentais que não apenas impulsionaram as migrações – como os programas de colonização dirigida –, mas, sobretudo, se voltaram para controlar a ocupação da terra pelos trabalhadores. Da mesma forma, as análises sobre este tema levantam questões relacionadas às condições de trabalho, de moradia, às interações com o meio ambiente ligadas à mobilidade espacial dos trabalhadores rurais²¹ desterritorializados e, especialmente, às circunstâncias

²⁰ A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, Heliôn; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 307.

²¹ A designação “trabalhador rural”, por mais abrangente que seja, tem pontualmente, neste texto e em minha pesquisa, como referência uma determinada politização desta categoria, incluindo trabalhadores não provenientes do mundo rural, ou que não se constituíram em sua história de vida na “lida ou labuta com a terra”, mas que, ao migrarem para as áreas da Amazônia (ou outras áreas), envolveram-se diretamente na disputa pela terra, ligados a movimentos e entidades civis e religiosas, como o MST, a CPT, entre outros. Consultar para essa importante discussão o inovador trabalho de PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Ver também, ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *O conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

violentas que desencadeiam os conflitos e disputas pela terra. Estudando as condições específicas do sul do Pará, Airton dos Reis Pereira afirma:

[...] a migração para o sul e sudeste do Pará, em virtude dessas políticas, não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais intenso do que as ações do INCRA. Diversos imóveis com títulos de aforamentos reservados à exploração da castanha-do-pará ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino e diferentes áreas de terras devolutas que ainda existiam foram, paulatinamente, ocupadas por trabalhadores rurais migrantes. Essa situação fez dessa parte do estado do Pará um dos espaços de maior tensão e, conseqüentemente, de intervenção governamental na questão agrária²².

Nesse aspecto, torna-se importante ler a Amazônia como um território de disputa pela terra, que vivencia a experiência da presença maciça de trabalhadores rurais de todas as partes do Brasil, a partir da década de 1970, atuando nas mais diversas atividades laborais. Ora como trabalhador contratado, permanente ou temporário, ora na condição de trabalho análogo ao de escravo e/ou degradante, ora sem trabalho algum. Nesse mundo do trabalho e “não trabalho”, homens e mulheres se encontram em pequenas cidades e vilas, em áreas de assentamento de terra, em grandes fazendas/empresas, no meio da floresta construindo cercas, derrubando árvores, limpando áreas, rodando por várias rodovias federais e estaduais que cortam os estados que compõem a Amazônia. Um quadro social que exige abordagens inovadoras e que possibilitem desconstruir o tema do trabalho e da exploração dos trabalhadores sob diferentes perspectivas. Compreender como o regime fundiário no Brasil se encontra imbricado às práticas de violência contra os trabalhadores rurais e também as ações e lutas que estes protagonizam, observando a sua historicidade, retrata um dos pontos mais cruciais da sua história contemporânea.

O legado político dos tempos da ditadura, instalada em 1964, e de períodos anteriores, não apenas marca nosso tempo presente, mas metamorfoseia-se em outros discursos e práticas, permitindo apropriações políticas diversas que conformam o desenho da contemporaneidade. Não quero com isso delimitar o período dos governos militares ou de governos anteriores como origem. Pelo contrário, opero com a perspectiva teórico-metodológica de que cada momento histórico no Brasil foi marcado por um tipo de funcionamento das oligarquias agrárias, através de dispositivos políticos que reproduziram e ampliaram as relações de poder e o *status quo*.

Assim, as análises acerca do tema do trabalho na Amazônia – a partir das pesquisas que venho desenvolvendo – procuram relacionar as ações governamentais e os dispositivos políticos que engendraram a ocupação do território à constituição das redes migratórias e aos conflitos pela terra.

²² PEREIRA, Airton, op. cit., p. 7.

Políticas governamentais: a *colonização* como acontecimento

Sem postular por qualquer ordem de importância, proponho discutir o significado político de um amplo programa de *colonização*, com base nas políticas governamentais, como importante dispositivo de poder que nos permite compreendê-lo como um novo acontecimento em sua singularidade histórica a fim de controlar os conflitos sociais no campo e reorientar o “povoamento dos espaços vazios” – conforme o discurso oficial. O presidente Médici anunciou em Manaus, na Reunião Extraordinária da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) ocorrida em outubro de 1970:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário, à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia [...]. Nessas condições, se impõem a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM [...]. Estaremos, assim, facilitando o esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia – imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria História²³.

Um dos efeitos mais significativos deste discurso é a definição da Amazônia como “uma terra sem homens” relacionada a “um Nordeste de homens sem terra”. A positividade da intervenção do governo militar é o pressuposto da legitimidade dos critérios objetivos para atuar naquilo que representa como distorção. Uma justa “redistribuição de populações” garantirá, de forma racional, desenvolvimento ao país. A almejada integração nacional, discurso que acompanha os governos antes do golpe de 1964, aparece agora ressignificada, ligada a ideia de desenvolvimento com segurança, com base em outra racionalidade. A positividade – o elemento histórico – está na prática, no conjunto de ações, de saberes e medidas que respondem a uma urgência: intervir nos conflitos sociais e não alterar a ordem fundiária do Brasil. Assim, emerge desse discurso a relação fulcral entre “militar” e “civil” ou o que resulta das relações de poder entre militares e civis: “A iniciativa privada, mediante os estímulos que lhe estão sendo oferecidos, toca igualmente papel decisivo no cumprimento desse programa” (Discurso proferido pelo ministro do interior, José Costa Cavalcanti)²⁴.

²³ Cf. MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). *A Amazônia Brasileira em Foco*, n. 5. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, jan./jun. 1971, p.15-16.

²⁴ Publicado em *O Jogo da Verdade*, Presidente Médici. Departamento de Imprensa Nacional, outubro de 1970.

Assentava-se com esse discurso de governo as bases políticas para programas e planos, como o PIN (Plano de Integração Nacional), no qual se insere o amplo programa de colonização, que segue diretrizes ordenadas por instituições que foram reestruturadas nos últimos anos da década de 1960 e nos primeiros da década de 1970, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e o BASA (Banco da Amazônia). O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), criado em 06 de julho de 1971, aparece veiculado ao Ministério da Agricultura para financiar a aquisição de terras, produção agrícola, serviços de pesquisas e sistemas de armazenagem e comercialização.

Não se deve deixar de assinalar, de importância ímpar, as reformulações em novas bases dos “Institutos de Terra” e das leis estaduais e federais que deram suporte às grandes concessões de terras públicas a empreendimentos privados, além de considerar todo o aparato de cunho intervencionista militar como a criação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins).

Com os governos militares se consagra uma determinada política de ocupação da Amazônia que permite e mesmo legitima – por meio das instituições e dos novos mecanismos jurídico-legais – a invasão de territórios indígenas e áreas de posses de pequenos agricultores (posseiros), de seringueiros, entre outros segmentos sociais²⁵. Uma política que privilegia grandes e médios proprietários que são vistos como participantes do plano de desenvolvimento para a Amazônia e que, na prática, passam a atuar com a estrutura de governo para estabelecer os projetos de exploração econômica, sobretudo contando com estímulo financeiro dos incentivos fiscais. Neste quadro, configura-se um processo de reterritorialização dos espaços, com políticas oficiais que se voltam para a classificação de diversas áreas, instituindo grandes eixos de investimentos econômicos, denominados “polos de desenvolvimento”, com apoio do capital nacional e estrangeiro²⁶. Classificação de áreas vistas também como pontos estratégicos de intervenção política para atuar nos conflitos sociais.

No entanto, nem tudo começa e termina no período da ditadura, implantada com o golpe militar e civil em 1964. Diversos programas de colonização – ou que se apresentam enunciados como tal – fazem parte do panorama político da República. Getúlio Vargas lançou a Marcha para Oeste que fazia parte de uma estratégia de ocu-

²⁵ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. O conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

²⁶ Ver os livros de: IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979; *A luta pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978; *Ditadura e Agricultura (O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979; Cf. também GONÇALVES, C. W. Porto. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 75, 2006; MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011; do mesmo autor, *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. 1997. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.

pação do Oeste brasileiro, com base em um programa federal de colonização, fundando várias colônias agrícolas²⁷; nas duas últimas décadas que antecedem ao golpe militar em 1964, grandes extensões de terras são tomadas às nações indígenas e as famílias de pequenos agricultores a fim de comporem os projetos de colonização. Empresas denominadas de colonização utilizam de diversas estratégias para apropriarem-se de vastas áreas, imperando a especulação imobiliária e a corrupção. Os estados da região Norte e Centro-Oeste são representativos dessas situações de ilegalidade de compra e venda, grandes negociatas e barganhas políticas, em que os departamentos de terras estaduais se apresentam como os maiores agenciadores de títulos forjados, incentivando a “grilagem” de terras públicas, indígenas e de posseiros²⁸.

Por outro lado, as políticas que direcionam os programas de colonização não se encerram com o final da ditadura, podendo-se apontar várias ações nessa mesma direção, com outros projetos de colonização, nos estados que compõem a Amazônia²⁹. Porém, não pretendo generalizar e homogeneizar as dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais compreendidas no âmbito da colonização, tal como é representada. É preciso conhecer, nomear e identificar as práticas históricas específicas que configuram os diversos períodos em que a colonização é definida e defendida como uma política de Estado.

Entretanto, ao problematizar o termo colonização, nas temporalidades historicamente constituídas, não pretendo construí-lo dotado de um conteúdo invariante, que sofre os vários efeitos históricos das formas de poder assumidas no Brasil desde o período colonial, imperial e, especialmente, o republicano no século XX. Pelo contrário, trato deste tema, associado ao agenciamento do conceito, como experiência singular, que coloca no campo histórico as instituições políticas envolvidas com tudo aquilo que enunciam como “distribuição de população no território”, com o fim precípuo de “ocupar os espaços vazios”. É possível observar uma ampla e diversificada produção de saberes que concerne à concepção de Nação: civilização, desenvolvimento, segurança e integração territorial. Além dessa elaboração conceitual relacionada ao discurso da “colonização”, há que se considerar historicamente os mecanismos de poder e as estratégias políticas que regulam suas práticas, assim como os dispositivos políticos que proliferam por todos os campos. E, na trilha de Foucault, para pensar acerca de conceitos, categorias e palavras é também necessário dizer que:

²⁷ Consultar LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. SP/Campinas, Ed. Papirus, 1986. LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, Editora da Unicamp, 1985; MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. OLIVEIRA, op. cit.

²⁸ Analisar especialmente o livro de MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

²⁹ Conferir, para o caso de Mato Grosso, lista dos projetos de colonização. Apud MORENO, op. cit., 174-178.

Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma ‘singularidade’³⁰.

Com este escopo teórico é que me lanço a estudar o acontecimento “colonização” como dispositivo de poder, que se inscreve nas relações de poder e funciona estrategicamente. Nessa perspectiva, esta análise opera com um recurso teórico que permite adentrar as práticas da racionalidade governamental, colocando em ação parte importante do plano de (re)ocupação da Amazônia sob o controle político e intervencionista dos militares que comandam o Estado, desde 1964. Não se pode deixar de assinalar que a questão da terra passa a estar submetida à competência do Conselho de Segurança Nacional.

Centrando nessa perspectiva de desconstrução da proposta *colonização* é que discuto a forma pela qual ela assume e produz um discurso que se apresenta com um determinado suporte institucional, abrangendo e agilizando/cruzando diversas medidas administrativas, normas e regulamentos, propagandas, anunciando a sua função estratégica de reocupar os espaços e intervir nos conflitos agrários. A questão fundiária está permeada, informada, atravessada pelas ações dessa política, ou seja, é a pedra angular para garantir o controle da propriedade da terra, ou o *status quo* da política agrária no país, associado às ações do grande capital³¹.

Manifesta-se, desse modo, de maneira inequívoca e de efeitos sociais devastadores, a tendência à privatização – capital nacional e internacional – dos novos espaços públicos, como demonstram as apropriações de grandes extensões de terra, por parte dos empresários, vinculadas tanto aos projetos agropecuários quanto aos projetos nomeados de colonização³², para não citar outros empreendimentos econômicos, como as áreas de domínio das mineradoras.

³⁰ FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem (Mesa-redonda em 20 de maio de 1978). In: *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Barros da Motta Rio de Janeiro. Coleção Ditos&escritos IV. Forense Universitária, 2003, p. 323-334. Citação página 339.

³¹ Ver, especialmente, ALMEIDA, Alfredo W. B. de. O conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993; HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes / Belém: NAEA-UFPA, 1991; IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979; e *A luta pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978; *Ditadura e Agricultura (O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979; MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*, São Paulo: Contexto, 2011. PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

³² HÉBETTE, Jean. A colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p. 20-27; MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*, Cuiabá: EdUFMT, 2007; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.

Os empresários que se envolveram com os projetos de colonização privada, sobretudo, no estado de Mato Grosso, e apresentaram suas propostas ao INCRA, direcionaram preferencialmente a venda dos lotes de terras, das áreas destinadas a colonização, para os pequenos proprietários da região Sul do Brasil. Os projetos constituíram-se, de fato, em um grande loteamento privado de terras, e apenas uma parte deles direcionada para pequenas propriedades (100 ha), como estipulava o INCRA. Esta área menor é a que acabava por receber o maior número de pequenos produtores rurais³³. Por outro lado, os segmentos de trabalhadores rurais sem terra, provenientes da região Nordeste, que se deslocaram para os projetos de colonização não tinham recursos econômicos para adquirir lotes de 100 há, passando a constituir um grande mercado de trabalho com mão de obra, predominantemente, desqualificada pelos principais setores produtivos; esses segmentos foram alvo das mais diversas discriminações e violências sociais, engrossando as fileiras dos trabalhadores desterritorializados, com os direitos civis não reconhecidos.

É por isso que se deve observar as variantes históricas no Brasil, nas quais é possível delimitar o acontecimento *colonização*, diferenciando os vários momentos em que o discurso oficial utiliza e justifica este termo. No período aqui focalizado, apresenta-se como um programa de ocupação de certas áreas da Amazônia – tidas como “espaços vazios”, “isolados” e “não ocupados” pelas populações indígenas – onde deve atuar, com suporte financeiro governamental, a iniciativa privada. A racionalidade posta em prática é a que justifica a capacidade empresarial como aquela que tem poder para habitar a Amazônia e dela fazer um mundo humano em contraposição ao ambiente natural, denominado de *selvagem*, para transformá-lo, enfim, num mundo produtivo e socializado. O que garantirá, nos moldes capitalistas, incorporar grandes extensões de terras a um promissor mercado imobiliário, associados de maneira incansável ao discurso do progresso, do trabalho e da civilização.

Mas, deve-se, também, dimensionar e avaliar a estrutura de poder que nos remete a certas práticas e mecanismos de controle do uso da terra no Brasil. As estratégias das empresas para a venda dos lotes, especialmente a pequenos agricultores do Sul – que serão também cognominados de “colonos” na Amazônia –, inserem-se no processo político e econômico de controle por parte do Estado do acesso dos trabalha-

³³ Ver o caso dos projetos da iniciativa privada em Mato Grosso. Cf. BARROZO João Carlos et al. (Orgs.). *Mato Grosso: do Sonho à Utopia da Terra*. Cuiabá: EdUFMT e Carlini & Caniato Editorial, 2008; GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde. Política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN / Apoio UNESCO, 2002. JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença. Ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007; OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança vem na Frente: contribuição ao Estudo da Pequena Produção em Mato Grosso, o Caso Sinop*. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. SANT’ANA, Daniela Alves Braga. *Alianças Multifacetadas: colonização de Juara, discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, 2009; SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização*. Cuiabá: EdUFMT, 2004; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos – Exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

dores rurais a terra, sem alterar a estrutura fundiária do país. Um acontecimento político que tem lugar no contexto dos conflitos agrários no Brasil contemporâneo³⁴.

A inter-relação desses projetos de colonização com as redes de deslocamentos migratórios para a Amazônia – tanto os projetos da iniciativa privada quanto aqueles coordenados pelo INCRA – que abrangem o Mato Grosso, Pará, Tocantins, parte do Maranhão, Rondônia e outros estados, são assinaladas detendo-se na questão da migração como fenômeno social, ligado a problemática agrária. Tavares dos Santos estuda como no Brasil contemporâneo a resolução dos conflitos agrários se deu deslocando famílias do Sul, Sudeste e Nordeste para os estados que compõem a Amazônia Legal, sem alterar o modelo de exploração econômica no campo e aprofundando o domínio das grandes e médias propriedades fundiárias³⁵.

Desse modo, a exploração/expropriação dos trabalhadores e/ou “colonos” está na base da constituição de uma rede de trabalhadores pobres que circula pelo território amazônico – sem terra, subalocados – na condição, muitas vezes, de trabalhadores temporários e de trabalhadores em condição análoga a de escravo³⁶. Se em tal conjuntura configura-se um dos aspectos mais importantes do processo de ocupação recente da Amazônia, nas últimas décadas do século XX, revela-se, também, a ponta do iceberg de uma situação ainda muito presente nesta primeira década do século XXI.

³⁴ Cf. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil-2009*. Goiânia: CPT, 2010; MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Pontifícia Universidade Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>>.

³⁵ TAVARES DOS SANTOS, op.cit.

³⁶ Ver, entre outras importantes contribuições, os seguintes livros e artigos que reúnem vários textos de autores que se ocupam do tema do trabalho análogo a de escravo; a pressão social das redes migratórias sobre as áreas de conflito de terra; e sobre a condição dos trabalhadores desterritorializados: CERQUEIRA, Gelba C.; FIGUEIRA, Ricardo R.; PRADO, Adônia A.; COSTA, L. (Orgs.) *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008; HARRIS, Marluza; JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho*. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999. Ver também os artigos: GUIMARÃES NETO, Regina B. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.13, n.1, jan-jun. 2010. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010; e da mesma autoria: Vira mundo, vira mundo: Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. EDUC, 2003, pp. 49-69. Dissertações: SARAT, Tatiane Rosa. *Cartografia da cidade em suas múltiplas passagens: Várzea Grande MT (1970-1990)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso; SOUZA, Ana Maria de. *Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso; SOUZA, Maria Aparecida Martins. *Retalhos de Vidas: Escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorado: PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violência no campo*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

Essas extensas áreas (re)ocupadas com os programas de colonização, num cenário econômico exemplar, são apresentadas como as mais prósperas de um estado como o de Mato Grosso³⁷, divulgadas pela imprensa nacional, por meio de propagandas que noticiam a riqueza das novas terras³⁸. Do outro lado da moeda, vê-se que o discurso da prosperidade resulta em grande pobreza para pequenos agricultores – sobretudo para os primeiros colonos que chegaram aos núcleos dos projetos de colonização – os quais perderam, paulatinamente, as terras recém-adquiridas. Tal condição provocou um novo processo de expropriação³⁹ que segue até os dias de hoje, coagindo ou expulsando pequenos agricultores a se deslocarem, agora na condição de trabalhadores sem terra, para outras áreas agrícolas ou para fazendas agropecuárias, agroindustriais, e mesmo, para trabalharem nas áreas de mineração. Numa dimensão maior, a privatização desses espaços públicos, não apenas provocou e continua a estimular enormes especulações imobiliárias, mas ainda responde a uma importante demanda empresarial para ativação do agronegócio, interconectado a várias outras atividades econômicas⁴⁰.

O agronegócio domina a paisagem das novas cidades que surgiram dos investimentos direcionados aos projetos ditos de colonização, em Mato Grosso e em várias partes de outros estados da Amazônia, os quais usufruíram dos incentivos fiscais liberados pelo governo. Grandes extensões de terras se converteram em áreas, hoje, dedicadas a produção de grãos.

De acordo com Leandro G. Cerutti, este é um dos mais importantes quadros onde se insere o uso do trabalho temporário, pois o trabalhador braçal irá realizar a tarefa de limpar as áreas, tirando as raízes, tocos, etc., para o plantio da soja. Utilizando dados fornecidos pelo IBGE informa:

Segundo o IBGE, em 1975, eram plantados 459.093 hectares com culturas temporárias em Mato Grosso. Na safra de 1980 se plantou 1.423.448 hectares; na safra de 1985 1.992.838 hectares, e na de

³⁷ Ver, especialmente, entre várias matérias: *Jornal da Tarde*. “Na fronteira Agrícola, uma lição de progresso”, edição de 4 de maio de 1981; *Jornal da Tarde*. “A fronteira, onde o tempo não conta”, edição de 9 de maio de 1981. GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde. Política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN/Apoio UNESCO, 2002.

³⁸ Consultar, especialmente, as produções imagéticas do “novo eldorado amazônico”, com base nas propagandas das “terras para colonização”, nos trabalhos dos historiadores Joanoni Neto (2007); Sant’Ana (2009); Souza (2004); Guimarães Neto (2002; 2003; 2009), entre outros importantes trabalhos.

³⁹ Mariano de Oliveira (1983) que estudou o projeto de colonização Sinop, Mato Grosso, instalado ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém, BR 163, analisou, de maneira exemplar, o processo de expropriação de pequenos proprietários que haviam comprado lotes de terras no referido projeto, em razão do fracasso econômico das atividades produtivas. Sinop também é uma das cidades mais proeminentes do estado de Mato Grosso.

⁴⁰ É importante anotar, várias das áreas circunscritas aos projetos de colonização, também estavam ligadas à mineração de ouro, diamante, e outros produtos de exploração mineral e vegetal. Como foi o caso de Alta Floresta, em Mato Grosso, especialmente, com a mineração do ouro. Ver GUIMARÃES NETO, op. cit.

1995/1996, 2.789.011 hectares. Entre as culturas temporárias, o plantio da soja ocupou as seguintes proporções de áreas: 1978: 5.566 hectares; 1980: 70.431 hectares, 1985: 795.438 hectares, 1995: 2.322.825 hectares. Por esses dados, podemos observar que houve um acréscimo significativo nas incorporações de novas áreas para o plantio da soja em Mato Grosso e, portanto, um aquecimento nas frentes de trabalho. As principais cidades de Mato Grosso que se ocuparam desta atividade foram: Sorriso, Campo Verde, Diamantino, Sapezal, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde. De acordo com a definição usada pelo IBGE, as culturas temporárias “são de curta duração, via de regra, menos de um ano, e que necessitam de um novo plantio após a colheita”⁴¹.

Nessa linha, avançando na análise, Porto-Gonçalves e Alentejano assinalam, em seu texto, “A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos”, que o estado de Mato Grosso ocupa o primeiro lugar no ranking nacional sobre violência no campo, com base na “soma das quatro variáveis – assassinatos, famílias expulsas, prisões e famílias despejadas”. E asseveram:

Esse ranking deixa patente o dinamismo violento protagonizado pelo agronegócio. Mato Grosso [22,40] e Mato Grosso do Sul [16,68], que encabeçam este ranking, são os estados que utilizam as mais modernas tecnologias na produção deixando patente que a mais alta modernidade se constrói reproduzindo o mesmo recurso à violência de sempre. Mais do que de uma fronteira agrícola, estamos diante de um verdadeiro front, pois é uma verdadeira guerra contra os posseiros, os povos originários e quilombolas, que está sendo travada e que, como vimos, vem se agravando nos últimos anos⁴².

A avaliação destes índices possibilita a leitura de como as “cidades da colonização” se constituíram nos centros mais ativos do agronegócio, não apenas para o estado de Mato Grosso, mas para o país, que se torna um dos maiores exportadores do mundo. Acontecimento que não pode ser reduzido a representações acerca “dos ciclos da economia” e a explicações causais sobre as quais se apoiam as percepções sociais acerca do necessário – tornado evidente – desenvolvimento econômico. Essa estratégia discursiva deve ser questionada e analisada historicamente, contemplando o estudo dos processos múltiplos que a constituíram e, dessa maneira, alcançaram a aprovação e o consentimento social e político. Nessa perspectiva, é preciso desconectar intempestivamente – no sentido nietzschiano – nosso olhar do brilho incandescente

⁴¹ CERUTTI, Leandro G. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste, Mato Grosso*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2004, p. 15.

⁴² PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: *Caderno Conflitos no Campo 2009/CPT*; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 109-118. Citação página 113.

das luzes da história do progresso, e estabelecer a contrapelo a discussão crucial acerca dos direitos de cidadania, dos direitos humanos e da memória.

*Artigo recebido em 20 de janeiro de 2014.
Aprovado em 21 de março de 2014.*